

EDUCAÇÃO E NEURODIVERSIDADE: LEGISLAÇÃO, PARECERES CLÍNICOS E ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS

Wildney Kennedy Miranda Andrade (PIC UEM), Fagner Carniel (Orientador). E-mail: ra136522@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Sociologia, Sociologia do Conhecimento

Palavras-chave: Escola, Neurodiversidade, Sociologia da Educação.

RESUMO: O movimento da neurodiversidade vem ganhando espaço e notoriedade na esfera pública brasileira a cada ano. Criado pela socióloga J. Singer em 1998, o termo apresenta a ideia de que variações neurológicas, como TEA (Transtorno do Espectro Autista), TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade), dislexia, entre outros transtornos, não são doenças, mas expressões da diversidade humana. Diante desse cenário, o presente projeto de iniciação científica tem o objetivo de estudar os agenciamentos contemporâneos que a escola brasileira realiza da neurodiversidade de seus estudantes. Para isso, propõe-se um estudo sobre o modo como a legislação nacional organiza o atendimento educacional especializado para o atendimento de alunos assim identificados e classificados, focando especificamente na relação entre os laudos obtidos pelas famílias e os encaminhamentos pedagógicos oferecidos por escolas públicas de Jandaia do Sul-PR. Assim, o projeto pretende contribuir para a compreensão das atuais relações entre educação e saúde mental no Brasil a partir de uma análise documental sobre a neurodiversidade na escola.

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu de inquietações que marcaram o começo de minha experiência como docente da educação básica, em uma instituição particular de ensino no Paraná. Desde meu ingresso na docência, estive diretamente em contato com discentes considerados neurodivergentes. Ao longo das vivências em sala de aula, meu objeto de estudo foi sendo construído de maneira gradual e sistemática. Quando passei a assumir integralmente a função de professor regente, observei questões recorrentes relacionadas à neurodiversidade no contexto escolar. Questões que, posteriormente, se consolidariam como categorias norteadoras desta pesquisa.

Independentemente de atuar na rede privada ou pública, todo docente está sujeito a receber em sua sala de aula um ou mais alunos que manifestam alguma neurodivergência. Nesse momento, o professor se vê imerso em diversas responsabilidades para com esses estudantes e, simultaneamente, incumbido de buscar, muitas vezes por conta própria, a formação necessária para atendê-los adequadamente. Esse cenário evidencia a presença de três esferas que, embora

não estejam fisicamente presentes, exercem influência constante sobre a prática docente.

A primeira dessas esferas é o Estado, representado por legislações que visam assegurar os direitos do estudante e oferecer suporte ao professor. A segunda é o discurso médico, materializado nos laudos clínicos, que orientam a organização das instituições de ensino e influenciam concepções do senso comum sobre as neurodivergências. Por fim, a terceira esfera, frequentemente esquecida ou inexistente na prática cotidiana, é a orientação didática, essencial para guiar o trabalho pedagógico, mas ainda pouco valorizada na formação de professores.

Com base nessas três dimensões de análise, esta pesquisa, de natureza bibliográfica, busca mapear o desenvolvimento dos estudos sobre neurodiversidade e educação, com ênfase no Transtorno do Espectro Autista (TEA). O trabalho está estruturado em três seções: a primeira apresenta a investigação do tema e discute as principais perspectivas contemporâneas sobre a neurodiversidade; a segunda propõe uma reflexão sobre o espaço escolar enquanto ambiente autônomo e legítimo na construção de narrativas sobre o tema; e a terceira, a partir de uma abordagem etnográfica, retoma minhas experiências docentes, relacionando-as com as discussões teóricas e levantando reflexões críticas sobre os desafios enfrentados no cotidiano escolar.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada a partir de análise bibliográficas de artigos e periódicos acerca do tema neurodiversidade e demais transtornos que se enquadra dentro desta nomenclatura. Com base na revisão bibliográfica, a pesquisa se direciona à reflexão entorno das legislações, pareceres clínicos e a orientação didática em seu último estágio dentro de sala de aula partindo de experiências etnográficas docentes considerando tais aspectos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A partir da pesquisa realizada, foi possível perceber que a neurodiversidade é atravessada por diversas questões e frentes sociais, passando pelo senso comum, pela representação midiática como demonstrado na pesquisa de Rios, Ortega, Zorzanelli e Nascimento (2015) e pelo parecer clínico. Partindo do ponto já apresentado por Foucault (2001) em seu curso publicado como os anormais, podemos entender o processo pelo qual a neurodiversidade passou para se construir havendo como base um paradigma do discurso médico como seu principal componente que vigora no imaginário social, sendo carregado de estereótipos e inconsistências. Foucault em A ordem do discurso (1999), enfatiza que o discurso

vigente dentro da sociedade por vezes é construído e organizado a partir das instituições, ao longo dos anos as instituições de ensino assumiram um espaço de fé pública e, pouco a pouco, tomaram o protagonismo acerca das narrativas e apontamentos de desvios de desenvolvimento, sendo as principais responsáveis por apontar e comunicar à família a necessidade de avaliação e acompanhamento, a partir da consideração dos marcadores de desenvolvimento infantil como já demonstrado por Campoy (2021) em seu trabalho denominado *Etnografando Helena: uma invenção de exclusão escolar*.

CONCLUSÕES

Mediante o trabalho, conclui-se que, no que se refere ao objeto de pesquisa, as estruturas sociais apresentam-se como barreiras e pontes em todos os aspectos das relações sociais. Ao nos dedicarmos a categorias como neurodiversidade e Transtorno do Espectro Autista (TEA), o capital econômico e social configuram-se como demarcadores importantes para compreender de que forma a legislação e o parecer clínico exercem influência sobre o sujeito, assumindo papel central na possibilidade de acesso e acompanhamento em terapias ocupacionais e atendimentos especializados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador por toda atenção e cumplicidade no processo de desenvolvimento dessa pesquisa o qual sempre esteve aberto às possibilidades e reflexões os quais se apresentaram na medida em que a pesquisa se desenvolve. Gostaria de agradecer aos meus pares da graduação, principalmente a minhas amigas Alana, Giovana e Gabriely que contribuíram ativamente com feedbacks acerca do desdobramento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo. Edições Loyola, 1999.
- FOUCAULT, M. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CAMPOY, L. C.; CARDOSO, S. *Etnografando Helena: um caso de invenção de exclusão escolar*. *Olhar de Professor*, v. 24, p. 1–23, 2021.
- RIOS, C. et al.. Da invisibilidade à epidemia: a construção narrativa do autismo na mídia impressa brasileira. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, n. 53, p. 325–336, abr. 2015.